

Associação Saúde da Família

CNPJ/MF nº 68.311.216/0001-01

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em Reais)

Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados As 11:30 horas do dia 10/04/2015, na sede social da Associação Saúde da Família, situada à Praça Mal. Cordeiro de Farias, nº 65/65, Higienópolis, São Paulo, SP, em primeira convocação, reuniram-se ordinariamente os membros Associados, os membros da Diretoria, e Conselheiros da Associação Saúde da Família...

Assamblea apresentou a pauta de assuntos a ser deliberado de acordo com a pauta de convocação, a saber: 1) Aprovação da Demonstração Financeira do Exercício de 2014 e 2) Apreciação do Relatório Anual de Atividades ano 2014. A seguir a Sr. Presidente solicitou ao representante da auditoria independente Ernest & Young, Sr. Anderson Pascoal Constantino, que proceda à apresentação dos resultados da auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2014, para apreciação do Conselho Fiscal e aprovação da Assembleia em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 17, inciso I combinado com os artigos 3º, alínea 'a', 'b', 'c' e 'd', Sr. Anderson informou que as avaliações se deram de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, opinando adequadamente em

todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASF no período, ao final, foi apresentada Carta de Recomendação. Aos contornos, foi apresentado o Relatório de Atividades do ano findo em 31/12/2014 pela Sra. Maria Aparecida Ribeiro Rolim. Todos os documentos foram devidamente avaliados e aprovados por unanimidade pelos presentes à Assembleia. Na sequência da ordem, a Senhora Presidente agradeceu a todos dando por encerrada esta AGM, em memória da qual foi lavrada a presente ata que segue assinada pelo Sr. Presidente da Assembleia Geral Ordinária e por mim, na qualidade de secretária "ad hoc". São Paulo, 10/04/2015. Dra. Mirthes Ueda - Diretora Presidente Nathalia Ragazzi Fonseca da Frota Marussi - Secretária da AGO

Table with columns: Nota explicativa, 2014, 2013. Rows include Circulante, Caixa e equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários, Recursos a receber, Outros, Não circulante, Depósitos judiciais, Imobilizável, Intangível, Total do ativo.

Table with columns: Nota explicativa, 2014, 2013. Rows include Passivo e patrimônio social, Circulante, Fornecedores, Salários a pagar, Encargos sociais a pagar, Não circulante, Depósito judicial, Provisão para demandas judiciais, Patrimônio social, Patrimônio social, Superávit (déficit) acumulado, Total do passivo e patrimônio social.

Table with columns: Nota explicativa, 2014, 2013. Rows include Contribuições de associação, Instituições, Receitas financeiras, Outras receitas, Subsídios governamentais, Despesas operacionais, Despesas com pessoal, Despesas gerais, Despesas tributárias, Despesas com depreciação e amortização, Invenção, Superávit (déficit) do exercício.

1. Contexto operacional - A Associação Saúde da Família ("Entidade" ou "Associação") constituída em outubro de 1992 é uma organização não governamental, sem fins lucrativos e tem como objetivo principal a elevação da qualidade de vida humana através da promoção de atividades científicas, filantrópicas, educacionais e/ou literárias na área de saúde pública no Brasil. Tratando-se de uma entidade sem fins lucrativos, a Associação está isenta do pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), nos termos do artigo 15 e parágrafos do Lei nº 5.320/97 (alterado pela Lei nº 9.718/98) e do artigo 174 do Decreto nº 3.000, de 26/03/1999 (Regulamento do Imposto de Renda - IRR), desde que atenda aos requisitos contidos na Lei nº 9.790/99, a saber: "Não remunerar, por nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados. • Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos sociais. • Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de qualquer outro atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial. • Apresentar, anualmente, declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretária da Receita Federal.

12, parágrafo 2º letras "d", "e", "g" e "h" e parágrafo 3º da Lei nº 5.320/97, k) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento da mesma sobre suas demais receitas. l) Provisões para demandas judiciais e administrativas: A Entidade reconhece provisão para contingências de natureza civil, trabalhista e tributária. A avaliação da probabilidade de perda inclui em evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. m) Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos: A Entidade não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. n) Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. o) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) p) Demonstração do superávit abrangente: As demonstrações do superávit abrangente foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. q) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2014: Novos pronunciamentos e pronunciamentos revisados em 2014: a) Novos pronunciamentos e pronunciamentos revisados em 2014: A Entidade adotou todos os pronunciamentos, pronunciamentos revisados, interpretações e orientações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31/12/2014. Os novos pronunciamentos não geraram impacto nas operações e também nas demonstrações financeiras da Entidade. b) Novos pronunciamentos publicados e não vigentes em 2014: IFRS 15 - Recetas de Contratos com Clientes: Emitido em maio de 2014, o IFRS 15 passará a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 01/01/2017 e substituirá o IAS18, IFRIC 13 e SIC 31 (CPC 30 R1), IAS11 (CPC17 R1), IFRIC15 (CPC 02) e IFRIC18 (CPC 11). Este IFRS específica, em uma única norma, como e quando uma entidade reconhecerá a receita auferida de contratos e relacionamento com clientes, bem como requerendo tais entidades a prover divulgações mais detalhadas e relevantes aos usuários das demonstrações financeiras. A Entidade não adotou este pronunciamento de maneira antecipada, uma vez que o próprio Comitê de Pronunciamentos Contábeis não permite a adoção antecipada de pronunciamentos no Brasil. Não existem outros pronunciamentos e interpretações emitidas pelo IASB e/ou CPC ainda não vigentes que possam, na avaliação da Entidade, impactar significativamente no resultado do período ou no patrimônio social divulgados pela Entidade.

Demonstrações do Superávit (Déficit) Abrangente 2014 2013 Superávit (déficit) do exercício (50.452.854) 5.715.435 Outros resultados abrangentes - - Superávit (déficit) do exercício (50.452.854) 5.715.435 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social Patrimônio Social Superávit Total 2014 2013 Saldos em 31/12/2012 43.029.587 13.212.964 56.242.551 Transferência do superávit do exercício anterior 13.212.964 (13.212.964) - Superávit do exercício - 5.715.435 5.715.435 Saldos em 31/12/2013 56.242.551 5.715.435 61.957.986 Transferência do superávit do exercício anterior 5.715.435 (5.715.435) - Déficit do exercício 61.957.986 - (61.957.986) Saldos em 31/12/2014 61.957.986 - (61.957.986) Fluxo de caixa das atividades operacionais 2014 2013 Superávit (déficit) do exercício (50.452.854) 5.715.435 Ajuste por: (45.680.372) 14.011.331 Depreciação e amortização 108.787 142.101 Provisão para demandas judiciais 4.663.695 8.125.795 Aumento nos ativos operacionais: 27.000.284 (7.603.217) Recursos a receber 26.971.866 (7.440.606) Outros ativos 28.418 (162.611) Aumento nos passivos operacionais: 4.984.817 5.407.995 Fornecedores (1.125.534) 536.829 Salários e encargos sociais (6.110.351) 4.871.166 Caixa líquido gerado nas atividades operacionais (13.695.271) 11.816.109 Fluxo de caixa nas atividades de investimentos Compra de ativos imobilizados (325.804) (2.283.546) Compra de ativos intangíveis (791.200) - Aplicações em títulos e valores mobiliários (61.550.501) - Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (62.667.505) (2.283.546) Aumento de caixa e equivalentes de caixa (76.362.776) (9.532.563) Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 88.272.558 78.739.995 Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício 11.909.782 88.272.558

2. Apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras da Entidade para os exercícios findos em 31/12/2014 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e orientações contidas na Interpretação ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos, subjetivos e com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e pressupostos incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Entidade revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Entidade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31/12/2014. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A autorização pela diretoria, para a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras, ocorreu em 10/04/2015.

3. Políticas contábeis - As principais políticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são descritas a seguir: a) Apreciação do resultado - receitas e despesas: As receitas oriundas de doações e subvenções são registradas conforme determina a ITG 2002 (Entidade sem Fins Lucrativos) do CFC, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é registrada em conta específica do passivo. b) Estimativas contábeis: Na elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de certos valores determinados sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos e o valor de realização ou recuperação, os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para indenizações, provisões para perdas em geral. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Associação revisa periodicamente as estimativas e premissas a cada ano. c) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata (sendo equivalentes de caixa todas as contas bancárias e aplicações financeiras com resgates automáticos) e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. d) Contribuições a receber: As contribuições a receber referem-se aos direitos a receber da Secretária Municipal da Saúde do Município de São Paulo e de Guarulhos, pela prestação de serviços na área de saúde. e) Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os valores referentes a passivos com fornecedores e aos encargos sociais e trabalhistas encontram-se demonstrados pelos seus valores originais. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. f) Imobilizado: O imobilizado está representado pelos bens operacionais da Entidade, registrados pelo seu custo de aquisição ou valor original, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens conforme taxas anuais mencionadas na Nota 7, estando sujeitos à análise sobre sua recuperabilidade. g) Provisão por redução ao valor recuperável de ativos: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. h) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Entidade é o Real. i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o artigo 167 e 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26/03/1999, e o artigo 195 da Constituição Federal. j) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras: Os rendimentos obtidos com as aplicações financeiras de renda variável estão sendo recebidos pela Entidade sem a retenção de IRRF. De acordo com o artigo

102,5% em 2013) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com liquidez imediata. 5. Recursos a receber - Recursos a receber consistem em valores a receber do governo, representados por convênios celebrados com a administração pública, no qual a Entidade executou serviços no montante de R\$3.593.933 (R\$30.565.799 em 2013). 6. Depósitos judiciais 2014 2013 Depósitos judiciais - INSS 77.073.164 72.167.557 Depósitos judiciais - PIS 7.913.445 4.409.151 84.986.609 76.576.708 Do período de maio de 2005 a outubro de 2009, a Associação procedeu ao depósito judicial relativo ao Processo nº 205.611.0009922-2 relativo ao recolhimento da Contribuição Social referente aos 20% da quota patronal (INSS), sobre a folha de salário dos funcionários e dos prestadores de serviços autônomos e Processo nº 2007.611.00032135-5 relativo ao INSS SAT/Teófilos. A Entidade ajuizou, em fevereiro de 2012, uma Ação Ordinária Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária Combinada com Repetição de Indébito, com liminar em tutela antecipada, cujo objeto é declarar a não incidência do tributo em questão (PIS sobre a folha de salário na entidade beneficiante - imunidade/isenção das contribuições previdenciárias, com periodicidade mensal). Por conta desta ação a Associação passou a efetuar depósito judicial do valor do PIS devido, e efetua também a provisão de todo o valor que é depositado. Este processo visa obter imunidade da Entidade em relação à exigibilidade do tributo. A Administração, corroborada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encargos tributários e as providências legais cabíveis foram tomadas, portanto, a Entidade está no aguardo do desfecho dos processos. Adicionalmente, os valores foram devidamente provisionados e apresentados no passivo.

Table with columns: 2014, 2013. Rows include Caixa e bancos, CDBs (b), Caixa e equivalentes de caixa, Fundos de investimentos (a).

Table with columns: 2014, 2013. Rows include Equipamentos de informática, Equipamentos de telefonia, Material permanente, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Equipamentos de projetos.

14º TABELA - VANTAGEM ANUAL DE FÉRIAS - ANA CRISTINA DE OLIVEIRA ESCREvente AUTORA: SAO PAULO - CAPRI

(a) Referem-se a aplicações em quotas de fundos de investimentos (não exclusivos) no qual são registrados pelo seu valor de realização, obtido pelo valor da última posição de investimentos. Os fundos de investimentos possuem aplicações diversificadas, os principais são operações compromissadas atreladas à Selic e títulos públicos atrelados ao CDI. (b) Referem-se a operações de renda fixa junto à instituição financeira por meio de Certificados de Depósito Bancário (CDBs), indexados à taxa de 87,38%(98,50% em 2013).

8. Intangível - É representado pelos custos de aquisição de software em andamento, acrescidos de custos diretamente relacionados à implantação: Saldo em 31/12/2013 791.200 Adições - Saldo em 31/12/2014 791.200 9. Provisão para demandas judiciais - A Entidade, assim como outras operando no país, está sujeita a questionamentos de natureza fiscal, trabalhista e cível no curso normal de suas operações. As contingências conhecidas são periodicamente analisadas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza dos processos e a experiência histórica em decisões semelhantes, tendo sido constituída provisão para fazer frente às seguintes prováveis perdas para os processos em andamento: 2014 2013 Contingências trabalhistas 5.162.003 1.516.354 Contingências - INSS 16.004.895 14.986.849 21.166.898 16.503.203

Equipamentos de projetos Total 2014 2013 6.867.599 7.615.027 1.548.942 2.283.546 37.455 - 8.453.386 9.898.573 292.175 325.804 567.308 1.325.805 605.492 8.707.619 10.234.379 (a)

10. Trabalho em andamento - Saldo em 31/12/2012 2.506.450 Atualizações - Reversões - Saldo em 31/12/2013 1.516.354 Atualizações - Saldo em 31/12/2014 5.162.003 16.004.895

11. Trabalho em andamento - Saldo em 31/12/2012 2.506.450 Atualizações - Reversões - Saldo em 31/12/2013 1.516.354 Atualizações - Saldo em 31/12/2014 5.162.003 16.004.895

12. Trabalho em andamento - Saldo em 31/12/2012 2.506.450 Atualizações - Reversões - Saldo em 31/12/2013 1.516.354 Atualizações - Saldo em 31/12/2014 5.162.003 16.004.895

REPRODUÇÃO REDUZIDA

14º TABELA - VANTAGEM ANUAL DE FÉRIAS - ANA CRISTINA DE OLIVEIRA ESCREvente AUTORA: SAO PAULO - CAPRI. AUTENTICACAO: 1047BA195791. COLEÇÃO NOTAS FISCAL DO BRASIL. 111229. ORIGINAL DO I.E.

... continuação

assunto está sendo monitorado pela Entidade e os novos fatos e discussões que deverão ocorrer sobre o assunto com os respectivos órgãos competentes em 2014 irão determinar sobre o estorno da provisão. Adicionalmente, o saldo referente ao mês de novembro de 2009 que não faz parte de depósito judicial ou efetivo recolhimento, estava mantido em conta bancária da Entidade, e em 2013 o valor específico deste mês corrigido monetariamente foi aplicado em projetos da Entidade. A Administração da Entidade avalia periodicamente, em conjunto com seus assessores jurídicos, os riscos envolvidos e entende que os montantes provisionados a título destas provisões em 31/12/2014 e 2013 são considerados suficientes. Há ainda outras causas trabalhistas em andamento, no montante aproximado de R\$512.448 (R\$1.821.884 em 31/12/2013), para as quais os riscos de perdas foram considerados como possíveis pelos assessores jurídicos da Entidade.

10. Patrimônio social - O patrimônio social está composto pelos superávits acumulados ao longo dos exercícios anteriores, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção da Entidade.

11. Contribuições de associação e instituições - As receitas operacionais recebidas diretamente pela Associação são oriundas basicamente de subvenções, convênios e parcerias com órgãos ou entidades públicas.

Projetos

	2014	2013
PMSP - Prefeitura Municipal de São Paulo - Convênio e Gestão:		
PSF - Programa Saúde da Família	139.479.924	183.933.263
PAI - Projeto Acompanhante de Idosos	12.853.405	15.274.124
SRT - Serviço Residencial Terapêutico	9.873.587	12.270.159
AMA - Assistência Médica Ambulatorial	49.429.051	63.737.417
CAPS - Centro Assistência Psicossocial	25.731.068	30.846.829
AMA E - Assistência Médica Ambulatorial e Especial	27.482.024	40.893.109
APD - Acompanhante da Pessoa com Deficiência	9.182.666	9.328.928
Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde Parelheiros	16.670.538	-
Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde Capela do Socorro	25.069.279	-
	315.771.522	356.283.839
Prefeitura Municipal de Guarulhos		
CAPS - Centro de Assistência Psicossocial	10.115.919	7.553.592
Prefeitura Municipal de Araçatuba		
Saúde Assist. Básica de Araçatuba	11.106.597	-
Outros		
Outros HSBC	960.000	-
Recursos Próprios	140.558	-
Prevenção e saúde nas comunidades	66.430	-
Projeto Social Educação e Saúde	15.000	-
Outros Projetos	-	2.366.970
	1.181.988	2.366.970
	338.176.026	366.204.401

12. INSS cota patronal - Demonstramos o valor da isenção previdenciária, como se devido fosse, gozada no exercício de 2014 e 2013 Conforme artigo 1º, da Lei nº 12.101/09:

	2014	2013
Isenção usufruída (INSS Cota Patronal) (a)	85.417.844	74.942.604

A Associação goza ainda do benefício fiscal referente a PIS, COFINS e ISS conforme as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03, apresentados pelo resultado líquido de zero, entre as despesas incorridas como se obrigações fossem e o subsídios recebidos.

13. Despesas com pessoal - As principais despesas da Associação referem-se ao pagamento de salários e seus encargos e serviços de terceiros, relacionados aos projetos existentes.

14. Atendimentos assistenciais (informação não auditada) - Com observância ao limite mínimo fixado pelo artigo 3º, parágrafo 4º, do Decreto nº 2.536, de 06/04/1998, e as respectivas alterações do Decreto nº 4.327, de 08/08/2002, o número total de beneficiários atendidos no exercício de 2014 foi de 8.475.087 (7.156.826 atendimentos em 2013), (informação não auditada) representando 100% de atendimento às regras da gratuidade decorrente de convênio firmado com a Secretaria Municipal de Saúde. No exercício de 2014, a Associação efetuou atendimentos Psicológicos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Os profissionais que aderiram a este programa oferecem atendimentos gratuitos aos usuários da Região Centro Oeste, na proporção de 60% SUS e 40% particulares. Durante o exercício de 2014 os atendimentos gratuitos corresponderam a um total de 833 (informação não auditada).

15. Cobertura de seguros - A Entidade mantém cobertura de seguros, em montante considerado suficiente pelos departamentos técnicos e operacionais para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Não está incluído no escopo dos trabalhos de auditoria, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros a qual foi determinada e avaliada quanto à sua adequação pela Administração da Associação:

Ramo	Principais coberturas	Cobertura máxima
Multirrisco patrimonial	Incêndio, raios, explosão, vendaval, danos elétricos, roubo, equipamentos eletrônicos, equipamentos móveis, pagamento de aluguel, equipamentos cinematográficos, equipamentos estacionários, roubo de valores e outros	41.887.204
Fiança	O valor do prêmio do seguro é relativo ao valor do aluguel e suas respectivas despesas tais como: IPTU, água e luz	3.223.896

16. Instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros utilizados pela Entidade restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber e fornecedores, em condições normais de mercado. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, à rentabilidade e à minimização de riscos. A Entidade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativo ou quaisquer outros ativos de riscos. Análise da sensibilidade das aplicações financeiras: Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Entidade estava exposta na data-base de 31/12/2014 e 2013, foram definidos três cenários diferentes. Para 31/12/2014, com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média será de 10,77% para o ano de 2015 e este definido como cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de +20% e -20% para as aplicações financeiras, conforme abaixo:

Operação	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras	CDI	10,77%	12,92%	8,62%
Posição em 31/12/2014		R\$6.633.218	R\$7.957.398	R\$5.309.038
		R\$61.589.785 (*)		

Para 31/12/2013, com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 10,4% para o ano de 2014 e este definido como cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de +20% e -20% para as aplicações financeiras, conforme abaixo:

Operação	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras	CDI	10,4%	12,48%	8,32%
Posição em 31/12/2013		R\$8.573.082	R\$10.287.698	R\$6.858.465
		R\$82.433.477 (*)		

(*) Saldos em 31/12/2014 e 2013 aplicados em CDI.

17. Compromissos - Aluguéis: A Entidade mantém contratos de aluguel de imóveis para a prestação dos seus serviços, perfazendo um montante mensal total de, aproximadamente, R\$304.319 (294.829 em 31/12/2013). Os contratos têm vencimento entre 2015 e 2019 e, em sua maioria, têm índice de reajuste anual com base na variação do IGP-DI. Seguem os pagamentos mínimos futuros relacionados a esses contratos:

Ano	Valor
2015	2.622.249
2016	1.098.913
2017	369.572
2018	112.000
2019	36.000
	4.238.734

Ilmos. Srs. Conselheiros e Diretores da Associação Saúde da Família São Paulo-SP. Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Saúde da Família ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2014 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social, demonstração do superávit abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo nas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras: A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e orientações contábeis na interpretação ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucro, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), São Paulo, 10/04/2015.

Ernst & Young Auditores Independentes S.S. CRC 2SP 015.199/0-6

Anderson Pascoal Constantino Contador CRC 1SP 190.451/0-5

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da

adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Saúde da Família em 31/12/2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e orientações contábeis na interpretação ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), São Paulo, 10/04/2015.

ESTÁ CÓPIA, EXPEDIDA PELO CARTÓRIO, CONFERE COM O ORIGINAL. DOU FÉ.

S. Paulo, 01 de MAIO 2015

www.v sempre dom.br

RUA ANTONIO BICUDO, 67 - PARELHEIROS

CEP 06418-010 - SÃO PAULO - SP - TEL: 8065-4500

VÁLIDO SOMENTE PARA AUTENTICAÇÃO

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, da NCD Participações Ltda., de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Osasco, SP, 28 de janeiro de 2015. A Diretoria

NCD Participações Ltda.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 48.594.139/0001-37
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A presente cópia é parte de um documento

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2014	2013
ATIVO		
CIRCULANTE	1.509.938	1.336.090
Caixa e Equivalentes de Caixa	892	521
Ativos Financeiros Disponível para Venda	1.483.992	1.311.630
Tributos a Compensar ou a Recuperar	18.162	18.074
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber	6.884	5.857
Valores a Receber	8	8
NÃO CIRCULANTE	24.654	20.523
Realizável a Longo Prazo	24.654	20.523
Tributos a Compensar ou a Recuperar	20.064	16.968
Créditos Tributários	1.055	792
Depósitos Judiciais	3.535	2.763
TOTAL	1.534.592	1.356.613

	2014	2013
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	206.336	148.335
Impostos e Contribuições a Recolher	194.714	138.083
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	10.500	10.250
Outras Obrigações	1.122	2
NÃO CIRCULANTE	3.358	3.019
Provisão para Contingências	2.710	2.411
Outras Obrigações	648	608
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.324.898	1.205.259
Capital Social	656.993	646.743
Juros, Variações Monetárias e Cambiais	290.190	290.695
Reservas de Lucros	377.715	267.821
Outros Resultados Abrangentes	377.715	267.821
TOTAL	1.534.592	1.356.613

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO Em Milhares de Reais

	2014	2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	9.732	67.024
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Constituição de Provisão para Contingências	749	524
Dividendos Recebidos de Investimento Avaliado ao Custo	-	(57.685)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais		
Líquidas	(1.908)	(1.177)
Outros	-	65
Lucro Líquido Ajustado	8.573	8.751
(Aumento) de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(5.857)	(81.500)
(Aumento) em Outros Ativos	(8.638)	(16.724)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	474	(594)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(38)	250
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(5.486)	(69.817)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	5.857	67.099
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	5.857	67.099
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(10.250)	(12.112)
Aumento do Capital Social	10.250	12.100
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	-	(12)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	371	(22.730)
Início do Período	521	23.251
Fim do Período	892	521
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	371	(22.730)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2014	2013
RECEITAS OPERACIONAIS	10.635	67.352
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	8.098	64.575
Resultado com Ativos Financeiros	2.014	2.116
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	523	661
DESPESAS OPERACIONAIS	903	328
Despesas Tributárias	770	-
Despesas Gerais e Administrativas	133	328

RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO

	2014	2013
O LUCRO	9.732	67.024
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	263	198
LUCRO LÍQUIDO	9.995	67.222

Lucro básico por cota em número médio ponderado de cotas atribuídas aos sócios-cotistas (expresso em R\$ por cota)

	2014	2013
Lucro por cota básico aos sócios-cotistas	0,02	0,11

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes		Totais
	Social	Integralizar	Legal	Estatutária	Abrangentes	Acumulados	
Saldos em 31.12.2012	646.743	(12.100)	22.715	211.009	278.795	-	1.147.162
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	67.222	67.222
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(10.974)	-	(10.974)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	(10.974)	-	(10.974)
Integralização de Capital	-	12.100	-	-	-	-	12.100
Destinações: - Reservas:	-	-	3.361	53.611	-	(56.972)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Propostos	-	-	-	-	-	(10.250)	(10.250)
Saldos em 31.12.2013	646.743	-	26.076	264.620	267.821	-	1.205.260
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	9.995	9.995
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	109.893	-	109.893
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	109.893	-	119.889
Integralização de Capital	10.250	-	-	-	-	-	10.250
Destinações: - Reservas:	-	-	500	(1.005)	-	505	-
- Juros sobre o Capital Próprio Propostos	-	-	-	-	-	(10.500)	(10.500)
Saldos em 31.12.2014	656.993	-	26.576	263.615	377.714	-	1.324.898